

Superior Tribunal de Justiça

CARTA ROGATÓRIA Nº 14.363 - FR (2019/0061964-0)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
JUSROGANTE : TRIBUNAL DE GRANDE INSTÂNCIA DE BOBIGNY
INTERES. : JEAN CHRISTOPHE MAROIS
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - CURADOR ESPECIAL
PARTE : SOCIETE GENERALE S/A
A.CENTRAL : MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

DECISÃO

Trata-se de carta rogatória por meio da qual a Justiça francesa solicita que se proceda à notificação da parte interessada para que efetue, em prazo determinado, pagamento de dívida contraída de empréstimos imobiliários concedidos em seu favor, sob pena de penhora de bens imóveis no caso de não cumprimento (fls. 19-29).

A intimação prévia foi recebida por terceiro, conforme os documentos postais de fls. 62-63.

A Defensoria Pública da União, na qualidade de curadora especial, não se opõe à concessão do *exequatur* (fls. 68-69).

O Ministério Público Federal opina pela concessão da ordem (fl. 72).

É o relatório. Decido.

A intimação prévia é procedimento preliminar da concessão do *exequatur*. Em seguida, os autos são remetidos ao juízo federal competente para o cumprimento da diligência objeto da rogatória, nos termos do art. 216-V do RISTJ. Assim, possibilitam-se novas oportunidades à parte interessada para, caso queira, manifestar seu inconformismo.

O objeto da presente carta rogatória não atenta contra a soberania nacional, a dignidade da pessoa humana e/ou a ordem pública, razão pela qual, com fundamento no art. 216-O, c/c o art. 216-P do RISTJ, **concedo o *exequatur***.

Assim, **remeta-se a comissão à Justiça Federal, à Seção Judiciária do Rio de Janeiro, para as providências cabíveis.**

Cumpra-se a diligência em 60 dias.

Após, devolvam-se os autos ao STJ para que sejam enviados ao país de origem por meio da autoridade central competente.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 07 de outubro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente

